



## PROJETO DE LEI N.º 006/2009.

### SÚMULA: "Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício de 2010, e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Abatiá - Estado do Paraná aprovou, e eu, Irton Oliveira Müzel, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Ficam estabelecidas, nos termos do Artigo 165, § 2º da Constituição Federal, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do Município relativo ao exercício financeiro de 2010.

**Art. 2º** - O orçamento do Município de Abatiá – PR, para o exercício financeiro de 2010, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas na Lei, compreendendo:

- I- as metas fiscais;
- II- as prioridades e metas da administração municipal;
- III- a estrutura do orçamento;
- IV- as diretrizes para a elaboração e a execução do orçamento do Município;
- V- as disposições sobre a dívida pública municipal;
- VI- as disposições sobre as despesas com pessoal e encargos;
- VII- as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII- as disposições gerais.

### I – DAS METAS FISCAIS

**Art. 3º** - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, serão identificadas nos anexos que compõe esta lei.

### II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

**Art. 4º** - As prioridades e metas fiscais da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2010 são aquelas definidas e demonstradas no Anexo II desta Lei.

*[Handwritten signature]*



**Parágrafo único** - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para o exercício de 2010 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Anexo II desta Lei, se constituindo em limites à programação das despesas.

### III – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

**Art. 5.º** - A estrutura orçamentária que servirá de base para a elaboração dos orçamentos – programa para os próximos exercícios deverá obedecer a disposição constante do Anexo I, que faz parte integrante desta Lei.

### IV – DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

**Art. 6.º** - O Orçamento para o exercício financeiro de 2010 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos, Autarquias e Fundações, e levando-se em conta a estrutura orçamentária de cada entidade da Administração Direta e Indireta, conforme dispõe o Anexo I, desta Lei.

**Art. 7.º** - A Lei Orçamentária para 2010 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aquelas vinculadas a Fundos, discriminando as Despesas quanto à sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa, sendo que o controle por sub-elemento de despesa será efetuado no ato da realização do empenho, nos termos da legislação vigente, na forma dos seguintes anexos;

- I – Da Receita obedecerá ao disposto no artigo 2º, parágrafo 1º da Lei Federal nº 4.320/64, com alterações posteriores;
- II – Da natureza de despesa, para cada órgão e unidade orçamentária.

**Art. 8.º** - São nulas as emendas apresentadas à proposta orçamentária:

- I – Que não sejam compatíveis com esta Lei;
- II – Que não indiquem os recursos necessários em valor equivalente às despesas criadas, admitidas apenas as provenientes de anulação de despesas, excluídas aquelas relativas às dotações de pessoal e seus encargos, ao serviço da dívida e as despesas vinculadas.

**Art. 9.º** - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2010 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio, abrangendo os Poderes, Legislativo e Executivo, seus Fundos, Autarquias e Fundações (Art. 1.º, Parágrafo 1.º e Art. 4.º, Inciso I, alínea “a” da LRF).

**Art. 10** - A Lei Orçamentária Anual deverá ser encaminhada ao Poder Legislativo Municipal até o dia 31 de agosto de cada exercício, devendo ser devolvido para sanção até o encerramento das sessões legislativas.



**Art. 11** - Os estudos para definição da previsão da receita para o exercício de 2010, deverão observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais, a inflação do período, o crescimento econômico e vegetativo, sua evolução nos três últimos exercícios.

**Art. 12** - Quando da elaboração do Orçamento para o exercício de 2010, for constatado alteração no quadro econômico que afete a programação da receita prevista nesta Lei, fica o Executivo Municipal autorizado, através de Decreto, reestimar a receita e adequar as despesas relativas às metas e ações programadas.

**Art. 13** - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações e observada a fonte de recursos, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as seguintes despesas e na ordem abaixo (Art. 9.º da LRF):

- I - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos;
- II - redução de despesas com horas extras;
- III - redução de possíveis vantagens concedidas à servidores;
- IV - redução de investimentos programados (aquisição de equipamentos em geral);
- V - contingenciamento das dotações apropriadas para custeio.

**Art. 14** - A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, não excederá, no exercício de 2010, a 2,48% (dois virgula quarenta e oito por cento) da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2008 e são aquelas dispostas no Anexo VIII, desta Lei (Art. 4.º, Parágrafo 2.º da LRF).

**Art. 15** - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, desta Lei (Art. 4.º, Parágrafo 3.º da LRF).

**Parágrafo único** - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com aqueles constantes no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

**Art. 16** - O Orçamento para o exercício de 2010 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 1% (um cento) da Receita Total, destinados a atender os passivos contingentes, os riscos fiscais e eventos fiscais previstos no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, desta Lei, e outros imprevistos (Art. 5.º Inciso III, alínea "b" da LRF).

**Parágrafo único** - Para efeito desta Lei, entende-se como eventos e riscos fiscais imprevistos, entre outros, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Pública Municipal, não orçadas ou orçadas a menor e as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais, imprescindíveis às necessidades do poder público.



**Art. 17** – Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (Art. 5.º, Parágrafo 5.º da LRF).

**Art. 18** – O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, programação financeira das receitas e despesas e o cronograma da execução mensal para suas unidades.

**Art. 19** – Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, somente serão executados se ocorrer o ingresso no fluxo de caixa do respectivo órgão (Art. 8.º, Parágrafo Único da LRF).

**Parágrafo único** - Os recursos oriundos de convênios e operações de crédito, não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados com fonte de recursos para abertura de créditos adicionais.

**Art. 20** – A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiará aquelas de caráter assistencial, educacional, saúde, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de lei autorizatória específica (Art. 4.º, inciso I, alínea “f” e Art. 26 da LRF).

**§ 1.º** – Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitido por autoridades locais, e comprovante de regularidade de sua diretoria.

**§ 2.º** – As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

**§ 3.º** – A celebração de convênios para a concessão de subvenção social e auxílio, é restrita a entidades sem fins lucrativos, que envolvam atividades nas áreas social, de saúde e educacional ressaltando-se os convênios, auxílios e contratos firmados com cooperativas e associações comunitárias ou de produção, para repasse de recursos municipais, federais e estaduais, observada as exigências da legislação em vigor, e está condicionada:

- I - reconhecimento de utilidade pública, através de Lei Municipal;
- II - comprovação das prestações de contas referentes aos recursos recebidos;
- III - aprovação pelo Tribunal de Contas do Estado da prestação de contas dos recursos recebidos; e
- IV - ao cumprimento das formalidade dispostas pelos Artigos 133 á 146 da Lei Estadual nº 15.608/07, Artigo 116 da Lei nº 8666/93 e Artigos 3 á 10 da Resolução 03/06 – TCE – PR.

H.S.



**§ 4.º** - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas na forma estabelecida pela Administração do Órgão repassador (Art. 70, Parágrafo único da CF de 1988).

**§ 5.º** – Não se aplica o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas, em que o Município for associado.

**Art. 21** – Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o Art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa / inexigibilidade.

**Parágrafo único** – Para efeito do disposto no § 3.º artigo 16, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2010, em cada evento, não exceda ao valor para dispensa de licitação, fixado no item I do artigo 24 da Lei n.º 8666/93, devidamente atualizado (Art. 16, § 3.º da LRF).

**Art. 22** – Nenhum projeto novo poderá ser incluído e/ou iniciado, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo os projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito (Art. 45 da LRF).

**Art. 23** – O Município poderá dar apoio administrativo, através da disponibilidade de espaço físico, recursos humano e financeiro, através do pagamento de despesas para o regular funcionamento de Órgãos dos Governos Federal e Estadual mediante termo de Convênio ou Cooperação Técnica.

**Art. 24** – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o exercício de 2010, a preços correntes.

**Art. 25** – A transposição, remanejamento ou anulação de dotações orçamentárias poderá ser feita através de Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto-Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo, até o limite de 15% (quinze por cento) do valor do Orçamento.

**Parágrafo único** – Ficam excluídas do referido percentual as alterações realizadas, por excesso de arrecadação de fonte livre e vinculada, por tendência de excesso de arrecadação fonte livre, por superávit financeiro de fonte vinculada e livre apurado em balanço anterior e remanejamento.



**Art. 26** – Durante a execução orçamentária de 2010, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo II desta Lei e alterações posteriores.

**Art. 27** – Para apuração do excesso de arrecadação, considera-se os recursos oriundos de itens de receitas próprias e de transferências voluntárias.

**§ 1º** – Para efeito deste artigo considera-se, recursos próprios os provenientes das receitas tributárias, de contribuições, as transferências constitucionais e outras receitas correntes.

**§ 2º** – Transferências voluntárias são os recursos financeiros repassados ao município em decorrência da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos similares.

**Art. 28** – Cada Secretaria da Administração Municipal encaminhará ao Executivo Municipal até 30 (trinta) dias antes do prazo do Executivo protocolar o projeto no Legislativo, as suas Metas e Prioridades (Programa de Governo) para execução orçamentária do exercício de 2010, as quais integrarão o Anexo II, desta Lei.

#### **V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 29** – A Lei Orçamentária de 2010 poderá conter autorização de Operações de Crédito para atendimento às despesas de Capital, observado o limite de endividamento, apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato.

**Parágrafo único** – A contratação de Operações de Crédito dependerá de autorização em Lei específica.

#### **VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS**

**Art. 30** – O Executivo e o Legislativo Municipal poderão realizar concurso público, teste seletivo, admitir pessoal efetivo, comissionado ou em caráter temporário, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens na forma da Lei, observados os limites e regras da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Art. 169, Parágrafo 1.º, inciso II da CF).

**Parágrafo único** – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou acrescidos por créditos adicionais.



**Art. 31** – Nos casos de necessidades temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no artigo 20, III da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Art. 22, Parágrafo único, inciso V da LRF).

**Art. 32** – Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem a substituição de servidores ou empregados públicos, serão apropriadas como “Despesas com Pessoal”.

**Parágrafo único** – Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades e funções, constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal e que envolvam a utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

**Art. 33** – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 19 e 20 da LRF).

- I - eliminação de despesas com horas extras;
- II - eliminação de vantagens concedidas à servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - demissão de servidores estáveis.

## **VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 34** – O Executivo Municipal, devidamente autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou prazo de vencimento, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos dos orçamentos da receita e estar acompanhado de estudos de seu impacto (Art. 14 da LRF).

**Art. 35** – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14, parágrafo 3.º da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 36** – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.



## VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 37** – O Executivo Municipal enviará a proposta Orçamentária ao Legislativo Municipal no prazo previsto no artigo 10 desta Lei, que a apreciará e devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

**§ 1.º** - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

**§ 2.º** - Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for devolvido ao Executivo até o início do exercício financeiro de 2010, fica o Executivo Municipal autorizado a executá-la na forma original, até a devida sanção da respectiva Lei.

**§ 3.º** - Os eventuais saldo negativos apurados em decorrência, do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício de 2009, o excesso ou provável excesso de arrecadação (excluído os recursos de convênios ou vinculados), a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos e eventos fiscais previstos.

**Art. 38** – Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

**Art. 39** – São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas, sem comprovar a suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

**Art. 40** – No decorrer da execução orçamentária se houver necessidade de alterar, ampliar ou suprimir as ações e programas previstos nesta Lei, fica o Executivo autorizado através de Decreto promover a compatibilização desta Lei com outros instrumentos de planejamento, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas, respeitando o limite previsto no Art. 25, desta Lei.

**Art. 41** – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, mediante Decreto do Poder Executivo Municipal.

**Art. 42** – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com os Governos, Federal e Estadual, através de seus órgãos da Administração Direta e Indireta para realização de obras, serviços ou aquisição de equipamentos de competência do Município, ou não, inclusive com a participação de contrapartida municipal.





ESTADO DO PARANÁ

**Art. 43** – São partes integrantes desta Lei os seguintes Anexos e Demonstrativos:

- Anexo I – Estrutura Orçamentária;
- Anexo II – Prioridades e Metas da Administração Municipal;
- Demonstrativo I – Metas Anuais;
- Demonstrativo II – Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais comparadas com as fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
- Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos;
- Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- Demonstrativo VIII – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências; e
- Relatório dos Projetos em Andamento no Exercício de 2009.

**Art. 44** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1.º de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, aos 13 de abril de 2009.

Aprovado em 1ª Discussão e Votação

Por unanimidade

  
**Irton Oliveira Múzel**  
Prefeito Municipal

Aprovado em 2ª Discussão e Votação

Por unanimidade

Sala das Sessões, 01 / 06 / 2009

  
Presidente

  
Secretário

Sala das Sessões, 08 / 06 / 2009

  
Presidente

  
Secretário



ESTADO DO PARANÁ

## Justificativa do Projeto de Lei N. 006/2009.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores.

É com grande honra que submetemos a apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei nº 006/2009, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária é composta pelos órgãos da Administração Direta e Indireta na seguinte estrutura com seus respectivos valores:

<b>Órgãos da Administração Direta</b>	<b>Valor</b>
Legislativo Municipal	R\$ 629.370,00
Executivo Municipal	R\$ 348.335,00
Administração Geral	R\$ 2.842.705,37
Secretaria de Obras Públicas, Habitação e Urbanismo	R\$ 997.561,52
Secretaria de Saúde Pública	R\$ 1.961.738,08
Secretaria da Educação Cultura e Esporte	R\$ 2.321.765,11
Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio	R\$ 89.000,00
Secretaria da Assistência Social	R\$ 620.412,41
Reserva de Contingência	R\$ 95.398,86
<b>Total</b>	<b>R\$ 9.906.286,35</b>

<b>Órgão da Administração Indireta</b>	<b>Valor</b>
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE	R\$ 715.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 715.000,00</b>

Entretanto, alertamos Vossas Excelências que as previsões orçamentárias poderão sofrer redução de até 20% (vinte por cento) por conta da não realização das receitas previstas, impactando os projetos e metas.

Certos da atenção de Vossas Excelências para o assunto em referência e da necessidade da aprovação dos nobres Vereadores colocamo-nos à disposição para esclarecimentos de eventuais dúvidas que possam surgir.

Atenciosamente



**Irton Oliveira Müzel**  
Prefeito Municipal



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

ESTADO DO PARANÁ

Projeto de Lei Nº 005/2009.

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 107.500,00 (cento e sete mil e quinhentos reais), para a Secretaria da Agricultura Indústria Comércio.

A Câmara Municipal de Abatiá - Estado do Paraná, aprovou e Eu, Irton Oliveira Müzel, sanciono a seguinte Lei:

**Art 1º.** Fica autorizado a abertura no Orçamento Geral do Município de Abatiá - Estado do Paraná, Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 107.500,00 (cento e sete mil e quinhentos reais), para a Secretaria da Agricultura Indústria Comércio.

**07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA INDÚSTRIA COMEÉRCIO**  
**001 – DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA COM. E AGROPECUÁRIA**  
**20.606.07041-009 – AQUISIÇÃO DE TRATOR E GRADE - PRODESA**  
**01345 – FR 000 - 4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – R\$ 8.075,00**  
**01345 – FR 731 - 4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – R\$ 99.425,00**

**Art 2º.** Para dar cobertura aos Créditos abertos no artigo anterior, serão indicados recursos resultantes provenientes do Superávit financeiro apurado no exercício anterior no Valor de R\$ 8.075,00 (oito mil e setenta e cinco reais) e o valor de R\$ 99.425,00 (noventa e nove mil, quatrocentos e vinte e cinco reais) proveniente de provável excesso de arrecadação, conforme disposto no artigo 43, § 1º, incisos I e II, da Lei Federal 4.320/64.

**Art. 3º.** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de abril do ano de dois mil e nove.

Aprovado em 1ª Discussão e Votação  
Por unanimidade

  
Irton Oliveira Müzel  
Prefeito Municipal

Aprovado em 2ª Discussão e Votação  
Por unanimidade

Sala das Sessões, 13/04/2009

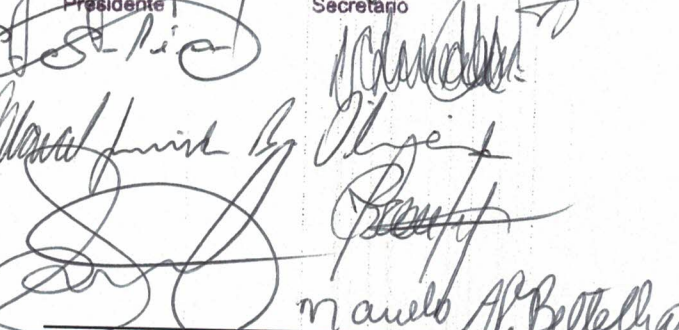
Sala das Sessões, 15/04/2009

  
Presidente

  
Secretário

  
Presidente

  
Secretário

  
Manoel A. Bettelho

  
Manoel A. Bettelho



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

ESTADO DO PARANÁ

Justificativa Projeto de Lei N. 005/2009.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores.

É com grande honra que submetemos a apreciação dos nobres Edis, o projeto de Lei nº 005/2009, no valor de R\$ 107.500,00 (cento e sete mil e quinhentos reais), para a Secretaria da Agricultura Indústria Comércio, para abertura de crédito adicional especial para aquisição de um trator e de uma grade, conforme contrato de repasse nº 0276915-85/2008 / MAPA / CAIXA.

O objetivo do referido projeto é a abertura de Crédito Especial, tendo em vista que o referido projeto não estar contemplado no orçamento vigente, sendo que o referido contrato foi aprovado após a elaboração do orçamento.

Certos de suas atenções para o assunto em referência e da necessidade do entendimento e aprovação dos nobres Vereadores aproveito para antecipar meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente



Irton Oliveira Múzel  
Prefeito Municipal